

RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.968 - PR (2014/0102063-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **ELEAZAR LUCAS GURECK**
ADVOGADOS : **LEONARDO GURECK NETO - PR050519**
: **GUILHERME CELLI PALUDO - PR050521**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
ADVOGADO : **PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -**
: **PR0000000**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Eleazar Lucas Gureck**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 554):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. IRPF. COISA JULGADA. CONTADORIA.

- Em sede de execução, a conta de liquidação deve ser elaborada em escorreita consonância com a condenação imposta no título judicial exequendo.

- É plenamente válida a sentença que adota, como fundamento, parecer da contadoria do Juízo, não violando tal prática o princípio da busca da verdade real.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 573/576).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 333 e 535 do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissa acerca das questões neles suscitadas; e (II) ocorreu cerceamento de defesa à Fazenda Nacional, pois o ônus de juntar o laudo pericial era da autora da execução do título judicial.

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 -*

devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, *"em casos como o presente, onde as partes apenas fazem cotejo de valores, sem argumentos de relevância para justificar suas pretensões, tenho pela validade da sentença que adota parecer da Contadoria do Juízo para efeito da conferência da conformidade dos valores com o título judicial, estando tal prática de pleno acordo com o princípio da verdade real"* (fl. 552), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator